



EDITAL

O ESTADO do PARANÁ, por intermédio do setor de licitação do **Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP - Universidade Estadual do oeste do Paraná**, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

| | |
|--|---|
| PREGÃO ELETRÔNICO: 790/2023 TIPO: menor preço UASG 926277 | Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas: A partir das 09:00 horas do dia 08/11/2023 Início da sessão / disputa de lances: 09:00 horas do dia 22/11/2023 Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital. |
|--|---|

1. OBJETO:

1.1. A presente licitação tem por objeto a aquisição de drenos e coletores, dispositivo de irrigação e oclisor, equipo, extensor, manifold, perfusor, prolongamento, torneirinha e aspirador Yankauer, para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP.

2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

2.1. O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 710.959,70**.

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- 3.1. Gestão/Unidade: 4534 e/ou 4760;
- 3.2. Fonte de Recursos: 262 e/ou 100 e/ou 101;
- 3.3. Programa de Trabalho: 6078 e/ou 6170 e/ou 6163;
- 3.4. Elemento de Despesa: 3390.30.36;

4. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:

4.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

4.2. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://huopforum.unioeste.br/index.php>.

4.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Aline Pereira do Amaral Camargo e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 0339/2023 - GRE, servidores(as) do setor de licitação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

E-mail: huop.licitacoes@unioeste.br

Telefones: (45) 3321-5397

Endereço: Avenida Tancredo Neves, 3224, Cascavel - Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h às 12 h e das 13h às 17 h.

5. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:



5.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (até as 23:59 do dia 16/11/2023), através do endereço eletrônico huop.licitacoes@unioeste.br pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

5.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por campo específico no sítio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

5.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

5.3.1. No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>, devendo os interessados apresentarem requisição de acesso ao protocolo via sistema.

6. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:

6.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

6.2. A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: valor unitário

1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixados neste Edital.

2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: item e lote

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), serão desclassificadas.”

3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 90 dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital conforme CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO disposto no item 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

5. RESERVA DE LOTES PARA ME E EPP:

5.1. Considera-se inviável a divisão em cotas os produtos tendo em vista que este é um hospital de ensino e a variabilidade da apresentação dos dispositivos de uma mesma categoria e dentro de um mesmo período pode influenciar e prejudicar a linha de aprendizagem, gerar situações de risco ao paciente e por considerar que a instalação, fixação e manuseio para manutenção do produto podem sofrer variabilidade das técnicas aplicadas de acordo com fabricante/marca/modelo.

6. AMOSTRA:

6.1. sim

7. GARANTIA:

7.1. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS: Não haverá exigência de garantia dos bens.

8. CONSÓRCIO:

8.1. Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, conforme justificativa técnica e econômica constante do procedimento administrativo.

9. ANEXOS:

Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

Anexo II - DOS DOCUMENTOS

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta PE -23_drenos_coletores



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP
Processo e-protocolo nº 20.882.381-7
Pregão eletrônico 790/2023



Anexo III - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)
Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO
Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA
Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
Anexo VII - CONTRATO DE FORNECIMENTO (MINUTA PADRÃO)
Anexo VIII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
Minuta PE -23_drenos_coletores



CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp), na página <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.gov.
- 1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no Compras.gov.
- 1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica em sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.4. Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CFPR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (www.comprasparana.pr.gov.br), nos termos do Decreto Estadual nº 9452 de 15 de maio de 2015.
- 2.5. Para a habilitação os interessados deverão estar com o cadastro no GMS - Gestão de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Paraná completo e não somente o simplificado, será habilitado com o simplificado, somente se for comprovado que o cadastro completo não foi finalizado devido a problemas no GMS. Link para o cadastro completo, <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.
- 2.6. No caso previsto no item 2.5, a proponente terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para a realização do cadastro completo, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, se não o fizer, decadência do direito à habilitação. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.
- 2.7. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.
- 2.8. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
 - 2.8.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
 - 2.8.2. constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.8.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
 - 2.8.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.8.2;
 - 2.8.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
 - 2.8.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou



atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.

2.8.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

2.8.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

2.9. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

2.10. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

2.11. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

3. PROPOSTA INICIAL

3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

3.1.1. o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

3.1.2. a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

3.2. A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

3.3. Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

3.3.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.

3.4. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.

3.5. O(a) Pregoeiro(a), poderá verificar as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;

4.1.2. Marca/modelo/referência;

4.1.3. Fabricante;

4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro ou inscrição do bem no órgão competente**, quando for o caso.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, **quanto na etapa de lances**, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**, podendo sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.



4.4.1. Caso o proponente ofertar um lance equivocadamente e, no mesmo momento verificou o erro, há possibilidade da empresa ligar diretamente para o pregoeiro, através do telefone 45 3321-5125, solicitando e justificando o cancelamento do último lance, sendo que **somente poderá ocorrer a exclusão do lance se a fase de lance do item ainda não tiver sido concluída.**

4.4.1.1. Caso não haja tempo hábil para o pregoeiro excluir o lance, a empresa deverá honrar com o lance ofertado sob pena de sofrer sanção conforme informa o item 4.4.

4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (dias) a contar da data de sua apresentação.

4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitação, sendo informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).

5.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta PE -23_drenos_coletores



- 5.19.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 5.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 5.21.** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 5.22.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 5.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 5.24.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 5.25.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 5.26.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 5.27.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.27.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 5.27.2.** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação conforme solicitado em edital.
- 5.27.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.27.2.
- 5.28.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

- 6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 6.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.
- 6.3.** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.
- 6.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.



6.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou análise técnica, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

6.6. É facultado ao pregoeiro solicitar a complementação da proposta e/ou de documentos de habilitação e/ou específicas do item, os quais deverão ser encaminhados, via sistema de licitação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.

6.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.9. Serão avaliados os critérios estabelecidos no item 12. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA**

6.9.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.9.2. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa (Brasil), necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.9.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.9.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manipuladas, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.

6.9.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras em conformidade não serão devolvidas aos proponentes, as consideradas não conformes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (dias) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III -), os documentos de habilitação (conforme Anexo II - DOS DOCUMENTOS e do item 12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Termo de referência (Anexo I -) até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (<https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso>), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

8.1.1. Deverá ser informada marca, modelo e referência, se for o caso, do produto ofertado. No caso de o descritivo exigir registro em órgão específico, o número do registro também deverá constar na proposta.

8.1.2. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

8.1.3. As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

8.1.3.1. Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

8.1.4. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

8.1.5. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA.

9. OS RECURSOS

9.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

9.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

9.3. A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

9.4. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

9.5. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta PE -23_drenos_coletores



9.6. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

10.2. Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

11. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

11.1. O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital ou entregar o objeto do processo licitatório conforme ordem de compra ou documento equivalente.

11.2. Para a assinatura do contrato ou emissão ordem de compra ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

11.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

11.4. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

11.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 11.2 e 11.4 ou se recusar a assinar o contrato ou proceder a entrega do objeto conforme ordem de compra ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

11.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo conforme código disciplinar para eventual aplicação de sanções administrativas.

11.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 11.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

11.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

11.7. Antes de cada pagamento, o setor financeiro realizará consulta no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

12.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

12.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

12.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;



- 12.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;
- 12.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.
- 12.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.
- 12.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.
- 12.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.
- 12.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.
- 12.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 12.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.
- 12.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

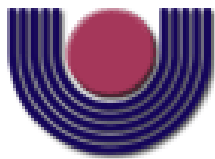
13. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 13.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 13.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.
- 13.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.
- 13.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.
- 13.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.
- 13.7.** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.
- 13.8.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 13.9.** O foro é o da Comarca da Cascavel, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Cascavel, 6 de novembro de 2023.

Rafael Muniz de Oliveira
Diretor Geral e Ordenador de Despesas
Hospital Universitário do Oeste do Paraná

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>
Minuta PE -23_drenos_coletores



Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:

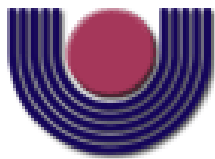
1.1.1. Aquisição de Drenos e Coletores, dispositivo de irrigação e oclutor, equipo, extensor, manifold, perfusor, prolongamento, torneirinha e aspirador Yankauer, para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, conforme especificações da planilha abaixo:

| Item | Código | Material | Un. Med. | Quantidade | VL Máximo Edital | VL total edital | A/C/B |
|------|--------|--|----------|-------------|------------------|-----------------|-------|
| 16 | 1083 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 40 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 366804. GSM.6510.78034. | Pç | 60,0000 | 34,8500 | 2.091,0000 | 1/S/N |
| 17 | 68775 | Frasco de drenagem com capacidade de 1000 ml graduado de 50 em 50 ml, com saída para instalação de vácuo/aspiração. Os componentes, tubo extensor e frasco de drenagem, devem ser de fácil conexão e perfeita vedação. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 440037. GSM. 6510.78042. | Pç | 20,0000 | 21,6100 | 432,2000 | 1/S/N |
| 19 | 8526 | Sistema coletor para broncoscopia composto por: frasco plástico graduado, com capacidade máxima de 70 ml; tubo interno (tubo de mariot) que não ultrapasse a metade da altura do frasco; tampa com rosca com no mínimo duas saídas, uma para conexão ao sistema vácuo e outra, com extensão de látex ou silicone, para conexão da sonda de aspiração. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438086. GMS 6511.49462 | Pç | 400,0000 | 9,2000 | 3.680,0000 | 1/S/N |
| 20 | 72987 | Sistema coletor para broncoscopia composto por: frasco plástico graduado, com capacidade máxima de 120 ml; tubo interno (tubo de mariot) que não ultrapasse a metade da altura do frasco; tampa com rosca com no mínimo duas saídas, uma para conexão ao sistema vácuo e outra, com extensão de látex ou silicone, para conexão da sonda de aspiração. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 436316. GMS 6511.44191 | Pç | 1.200,0000 | 9,1300 | 10.956,0000 | 1/S/N |
| 31 | 65362 | Equipo simples macrogotas para administração de soluções parenterais de uso único; estéril e apirogênico. O tubo do equipo deve ser flexível e transparente com ponta perfurante capaz de penetrar o recipiente de solução sem a necessidade de perfuração anterior e sem extração de material durante este processo tendo tampa protetora. Possuir câmara flexível para controle do gotejamento (20 gts = 1 ml); com filtro de ar de 0,22 micra e filtro de partículas de 15 micras; pinça rolete, injetor lateral com membrana auto cicatrizante que permita várias perfurações. A extremidade distal do equipo deve ser Luer Lock e possuir tampa protetora. O equipo deve medir no mínimo 1,50 m. O produto deve atender as Recomendações da RDC n. 4 de 4 de Fevereiro de 2011. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir | un | 90.000,0000 | 1,0000 | 90.000,0000 | 1/S/N |

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



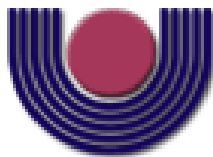
registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e

| | | | | | | | |
|----|-------|---|----|-------------|---------|-------------|-------|
| 32 | 65361 | Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 609723 CÓDIGO GMS:6511.33792 Equipo tipo bureta para administração de soluções e/ou medicamentos parenterais fracionados. Tubo extensor de PVC com pinça corta-fluxo tipo "clamp"/pinça; câmara graduada de 150 ml, com alça de sustentação/fixação, injetor lateral para medicação suplementar com membrana autocicatrizante, filtro de ar hidrófobo e bacteriológico com tampa reversível; câmara gotejamento flexível 60 mgt, tubo de PVC de no mínimo 1,50 m; pinça tipo rolete, com tampas protetoras. A extremidade distal do equipo deve se Luer Lock e possuir tampa protetora. O produto deve atender as Recomendações da RDC n. 4 de 4 de Fevereiro de 2011. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 609722 GMS 6510.42093 | Pç | 1.000,0000 | 13,5000 | 13.500,0000 | 1/S/N |
| 33 | 65364 | Equipo para hemoderivados, com controle de fluxo e dosagem de sangue e derivados. Descartável, estéril e apirogênico que apresente compatibilidade com recipientes de acondicionamento de sangue, componentes sanguíneos, cateteres intravenosos e cânulas. Ser transparente com ponta perfurante e tampa protetora. Duple câmara flexível com filtro, sendo a primeira de 200 micras, para retenção de coágulos e a segunda para visualização e controle de gotejamento (20gts=1ml). Tubo em PVC flexível, com aproximadamente 1,50 m com pinça tipo rolete. A extremidade distal do equipo deve ser Luer Lock e possuir tampa protetora. O produto deve atender as Recomendações da RDC n. 4 de 4 de Fevereiro de 2011. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 609777. GMS 6511.19641 | Pç | 5.000,0000 | 5,5000 | 27.500,0000 | 1/S/N |
| 34 | 940 | Equipo para monitorização da pressão venosa central; tubo em PVC de no mínimo 2 m, ponta perfurante AIR, com tampa reversível, câmara de gotejamento flexível, pinça rolete, duas pinças corta fluxo, intermediários luer universal com tampas protetoras; acompanha fita graduada de 40 cm; uso único. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado 401184 GMS 6510.44187 | Pç | 200,0000 | 3,9100 | 782,0000 | 1/S/N |
| 35 | 943 | Equipo/conexão para infusão simultânea de soluções parenterais em PVC flexível, com 02 vias em "Y". Extensão do paciente com conector luer slip, extensões distais com clamps para interrupção do fluxo e conectores luer fêmea com protetores/oclusores. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:459685. CÓDIGO GMS: 6510.78988 | Pç | 60.000,0000 | 0,8500 | 51.000,0000 | 2/N/N |
| 36 | 31482 | Equipo/conexão para infusão simultânea de soluções parenterais, modelo neonatal, em PVC flexível, com 02 vias em "Y". Extensão do paciente com conector luer slip, extensões distais com clamps para interrupção do fluxo e conectores luer fêmea com protetores/oclusores. Prime/volume de preenchimento máximo de 0,5 ml. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:459686. GMS 6510.63908 | un | 6.000,0000 | 2,6200 | 15.720,0000 | 2/S/N |
| 37 | 949 | Prolongamento / tubo extensor para equipo com 60 cm, confeccionado em PVC transparente, possuir conector luer LOCK; descartável, estéril, atóxico. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro vigente no MS. Detentor do registro deve possuir AFE e licença sanitária regulares. Código BR aproximado:472026 GMS 6510.38951 | Pç | 500,0000 | 1,9400 | 970,0000 | N/S/N |
| 38 | 64921 | Prolongamento/extensor para equipo com 120 cm, confeccionado em PVC transparente/cristal, possuir conector luer lock; descartável, estéril, atóxico. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:457525. GMS 6510. | Pç | 4.000,0000 | 1,7800 | 7.120,0000 | N/S/N |

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP

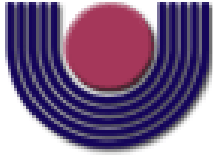


| | | | | | | | |
|----|-------|--|----|--------------|---------|--------------|-------|
| 39 | 68773 | 38951 Extensão flexível para oxigenioterapia destinado a intermediar dispositivos médicos e linhas de gases, composto por: tubo extensor confeccionado em PVC na cor verde, com diâmetro interno mínimo de 4 mm e com no mínimo 1,5 m de comprimento; conectores graduados e flexíveis nas extremidades e de fácil encaixe, produto estéril e descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:459097 GMS 6511.45334 | Pç | 30.000,0000 | 3,4500 | 103.500,0000 | N/S/N |
| 40 | 68772 | Extensão flexível para aspiração/oxigenação destinado a intermediar dispositivos médicos e linhas de gases e vácuo, composto por: tubo extensor confeccionado em PVC, com diâmetro interno mínimo de 6 mm e com no mínimo 3 m de comprimento; conectores graduados e flexíveis nas extremidades de fácil encaixe. Produto estéril e descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:459097. CÓDIGO GMS: 6510.68600 | Pç | 30.000,0000 | 4,4900 | 134.700,0000 | N/S/N |
| 41 | 36567 | Torneirinhas de três vias com 2 conectores luer fêmea com protetores/oclusores e 1 conector slip com lock giratório com protetor, estrutura transparente e orientador de fluxo direcionado estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:457481. CÓDIGO GMS:6510.19085 | Pç | 20.000,0000 | 0,8300 | 16.600,0000 | N/S/N |
| 42 | 16861 | Tampa estéril para fechamento de conector luer fêmea em dispositivo venoso periférico. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:479657. GMS.6511.19051 | Pç | 120.000,0000 | 0,1800 | 21.600,0000 | N/S/N |
| 43 | 939 | Equipo para irrigação vesical contínua, duas vias, descartável, estéril, confeccionado em PVC, transparente, atóxico, apirogênico, pontas perfurantes para conexão com soro, câmaras gotejadoras flexíveis e pinça rolete corta fluxo para controle de gotejamento, conector distal escalonado e adaptável a sonda vesical, oclusor para terceira via da sonda. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 609790 GMS 6510.25063 | Pç | 500,0000 | 12,2300 | 6.115,0000 | 2/S/N |
| 44 | 57989 | Dispositivo para transferência irrigação para uso em frascos e bolsas de soro tipo sistema fechado. Ponta perfurante padrão ISO com protetor, conector luer, adaptável ao bico luer slip e luer lock das seringas, com tampa protetora que garanta a oclusão do sistema após o uso, pega ergonômica que garanta firmeza e segurança no uso. Produto estéril. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR: 459117. CÓDIGO GMS: 6510.17479. | Pç | 36.000,0000 | 0,7000 | 25.200,0000 | N/S/N |
| 45 | 51824 | Conector/oclusor de sistema fechado e pressão positiva, para uso em cateteres central e periférico, de fácil desinfecção, livre de látex, com conector universal, estéril. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro no MS. Detentor do registro deve possuir AFE e licença sanitária regulares. Código Br aproximado: 455852. GMS 6510.61230 | Pç | 15.000,0000 | 3,0600 | 45.900,0000 | 1/S/N |
| 46 | 947 | Extensor/perfusor para uso em bomba de seringa, equipo com 120 cm, prime máximo de 1 ml, confeccionado em PVC fotossensível, terminação luer lock em uma extremidade e luer slip em outra; descartável, estéril, atóxico. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:459687. GMS 6511.44220 | Pç | 6.000,0000 | 2,8400 | 17.040,0000 | 1/S/N |
| 47 | 68771 | Aspirador tipo Yankauer com extensão flexível para aspiração cirúrgica descartável. Produto composto por: ponta | Pç | 3.000,0000 | 14,4400 | 43.320,0000 | 1/S/N |

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



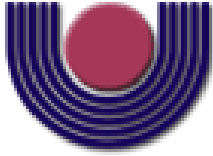
de aspiração rígida tipo Yankauer, controlador de pressão; tubo extensor em material cristal com calibre de, no mínimo, 6 mm e, no máximo, 3 metros; conector graduado e flexível; estéril. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado:459118. GMS 6511.79339

| | | | | | | | |
|------|--------|--|--------------|------------|--------------------------|-----------------|-------|
| | | | 21 | Total (21) | | 428.880,0000 | |
| | | | 637.726,2000 | | | | |
| | | | Lote: 1 | | Valor edital: 4.740,0000 | | |
| Item | Código | Material | Un. Med. | Quantidade | Vl. Máximo Edital | Vl total edital | A/C/B |
| 1 | 13390 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 10 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 250 ml, graduado pelo menos de 25 em 25 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 307979. GMS. 6510.34957. | Pç | 60,0000 | 39,0000 | 2.340,0000 | 1/S/N |
| 2 | 19472 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 12 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 250 ml, graduado pelo menos de 25 em 25 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 307980. GMS.6510.34961. | Pç | 60,0000 | 40,0000 | 2.400,0000 | 1/S/N |
| | | | 2 | Total (2) | | 120,0000 | |
| | | | 4.740,0000 | | | | |
| | | | Lote: 2 | | Valor edital: 8.983,8000 | | |
| Item | Código | Material | Un. Med. | Quantidade | Vl. Máximo Edital | Vl total edital | A/C/B |
| 3 | 45521 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 14 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade entre 1000 ml, graduado pelo menos de 50 em 50 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 284083. GSM. 6510.34962. | Pç | 60,0000 | 37,4700 | 2.248,2000 | 1/S/N |
| 4 | 45531 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 16 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade entre 1000 ml, graduado pelo menos de 50 em 50 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e | Pç | 60,0000 | 37,4500 | 2.247,0000 | 1/S/N |

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP

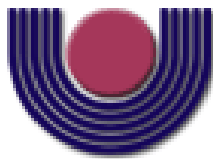


| | | | | | | | | | |
|---|--------|---|----------------------------------|-----------------|------------------|-------------------|-----------------|-------|--|
| quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 302084. GSM. 6510.34964. | | | | | | | | | |
| 5 | 5623 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 18 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade entre 1000 ml, graduado pelo menos de 50 em 50 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 284084. GSM.6510.34965. | Pç | 60,0000 | 36,8400 | 2.210,4000 | 1/S/N | | |
| 6 | 1073 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 20 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade entre 1000 ml, graduado pelo menos de 50 em 50 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 307981. GSM.6510.34968. | Pç | 60,0000 | 37,9700 | 2.278,2000 | 1/S/N | | |
| | | | | 4 8.983,8000 | Total (4) | 240,0000 | | | |
| Lote: 3 | | | | | | | | | |
| Item | Código | Material | Valor edital: 34.839,4000 | | Quantidade | VI. Máximo Edital | VI total edital | A/C/B | |
| 7 | 1074 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 22 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 367056. GSM.6510.34969. | Un. Med. Pç | | 60,0000 | 35,5900 | 2.135,4000 | 1/S/N | |
| 8 | 1075 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 24 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 284077. GSM.6510.34972. | Pç | 60,0000 | 36,4100 | 2.184,6000 | 1/S/N | | |
| 9 | 1076 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 26 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil | Pç | 60,0000 | 38,2900 | 2.297,4000 | 1/S/N | | |

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



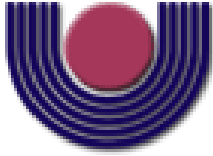
conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 367057. GSM.6510.34973.

| | | | | | | | |
|----|------|---|----|----------|---------|------------|-------|
| 10 | 1077 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 28 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 272774. GSM. 6511.34872. | Pç | 120,0000 | 38,8000 | 4.656,0000 | 1/S/N |
| 11 | 1078 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 30 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 284069. GSM.6510.34971. | Pç | 120,0000 | 36,3700 | 4.364,4000 | 1/S/N |
| 12 | 1079 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 32 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 278479. GSM. 6510.34967. | Pç | 120,0000 | 36,3400 | 4.360,8000 | 1/S/N |
| 13 | 1080 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 34 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 278480. GSM. 6511.34876. | Pç | 120,0000 | 37,3700 | 4.484,4000 | 1/S/N |
| 14 | 1081 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 36 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: | Pç | 120,0000 | 36,9300 | 4.431,6000 | 1/S/N |

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP

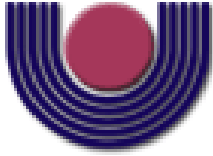


| | | | | | | | | | | | |
|---|-------------------------|---|--|------------|-------------------|-----------------|-------------|--|--|--|--|
| 15 | 272775. GSM.6510.49093. | 1082 | Kit de drenagem torácica e mediastinal n. 38 Fr, composto por: dreno radiopaco com no mínimo 40 cm, Pç multiperfurado, em PVC transparente ou translúcido; conector dreno-tubo; tubo extensor com sistema que impeça o acotovelamento do tubo e dotado de dispositivo corta-fluxo; frasco de drenagem transparente com capacidade de 2000 ml, graduado pelo menos de 100 em 100 ml; tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/aspiração; alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação e dispostos em invólucros separados. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 284087. GSM. 6510.75689. | 120,0000 | 40,3100 | 4.837,2000 | 1/S/N | | | | |
| 18 | 68774 | Frasco de drenagem com capacidade de 2000 ml, graduado de 100 em 100 ml, tampa de rosca com saídas para instalação de vácuo/ aspiração, tubo extensor com dispositivo corta-fluxo, espiral que impeça o acotovelamento do tubo, com alça de sustentação e transporte. Os componentes do sistema de drenagem devem ser de fácil conexão e perfeita vedação. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 441608. GSM. 6510.38902. | Pç | 40,0000 | 27,1900 | 1.087,6000 | 1/S/N | | | | |
| | | | 10 | | | | | | | | |
| | | | 34.839,4000 | | Total (10) | | 940,0000 | | | | |
| Lote: 4 Valor edital: 19.478,8000 | | | | | | | | | | | |
| Item | Código | Material | Un. Med. | Quantidade | VI. Máximo Edital | VI total edital | A/C/B | | | | |
| 21 | 4259 | Sistema de drenagem por sucção n. 3,2 mm composto por: introdutor de ponta perfurante no tamanho 3,2 mm; dreno radiopaco multiperfurado; reservatório sanfonado para aspiração a vácuo com capacidade mínima de 500 ml, graduado, transparente, com tampa obturadora para esvaziamento; tubo de extensão com no mínimo 85 cm, clamp ocluser, conexão em Y; alça para transporte e fixação; estéril. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 316127. GSM. 6510.44183. | un | 360,0000 | 27,7500 | 9.990,0000 | 1/S/N | | | | |
| 22 | 4392 | Sistema de drenagem por sucção n. 4,8 mm composto por: introdutor de ponta perfurante no tamanho 4,8 mm; dreno radiopaco multiperfurado; reservatório sanfonado para aspiração a vácuo com capacidade mínima de 500 ml, graduado, transparente, com tampa obturadora para esvaziamento; tubo de extensão com no mínimo 85 cm, clamp ocluser, conexão em Y; alça para transporte e fixação; estéril. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 316127. GSM. 6510.44184. | un | 280,0000 | 27,4600 | 7.688,8000 | 1/S/N | | | | |
| 23 | 6420 | Sistema de drenagem por sucção n. 6,4 mm composto por: introdutor de ponta perfurante no tamanho 6,4 mm; dreno radiopaco multiperfurado; reservatório sanfonado para aspiração a vácuo com capacidade mínima de 500 ml, graduado, transparente, com tampa obturadora para esvaziamento; tubo de extensão com no mínimo 85 cm, clamp ocluser, conexão em Y; alça para transporte e fixação; estéril. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 464741 GSM. 6510.24928. | un | 60,0000 | 30,0000 | 1.800,0000 | 1/S/N | | | | |
| 3 | | | | | | | | | | | |
| | | | | | Total (3) | 700,0000 | 19.478,8000 | | | | |
| Lote: 5 Valor edital: 5.191,5000 | | | | | | | | | | | |
| Item | Código | Material | Un. Med. | Quantidade | VI. Máximo Edital | VI total edital | A/C/B | | | | |
| 24 | 36185 | Dreno de Kehr em látex n. 08 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, | Pç | 50,0000 | 14,7300 | 736,5000 | 1/S/N | | | | |

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP

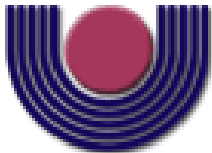


| | | | | | | | |
|----|-------|--|------------------|----------|---------|------------|-------|
| | | dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438506. GSM. 6510.78051. | | | | | |
| 25 | 36184 | Dreno de Kehr em látex n. 10 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438508. GSM. 6510.24445. | Pç | 60,0000 | 14,2500 | 855,0000 | 1/S/N |
| 26 | 1064 | Dreno de Kehr em látex n. 12 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438509. GSM. 6510.24446. | Pç | 50,0000 | 14,6900 | 734,5000 | 1/S/N |
| 27 | 1065 | Dreno de Kehr em látex n. 14 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438502. GSM. 6510.25101. | Pç | 50,0000 | 15,0100 | 750,5000 | 1/S/N |
| 28 | 1066 | Dreno de Kehr em látex n. 16 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438507. GSM. 6510.44180. | Pç | 50,0000 | 14,0300 | 701,5000 | 1/S/N |
| 29 | 1067 | Dreno de Kehr em látex n. 18 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438504. GSM. 6510.44182. | Pç | 50,0000 | 14,2300 | 711,5000 | 1/S/N |
| 30 | 1068 | Dreno de Kehr em látex n. 20 com pontas atraumáticas e haste de no mínimo 20 cm, estéril, descartável. Embalagem resistente, que permita a abertura com exposição adequada do produto, contendo registro no MS, dados de identificação, procedência, fabricação, e quando aplicável, o método de esterilização. Produto deve possuir registro/notificação/cadastro vigente/regular no Ministério da Saúde. Detentor do registro deve possuir AFE e Licença Sanitária regulares. Código BR aproximado: 438510. GSM. 6510.78052. | Pç | 50,0000 | 14,0400 | 702,0000 | 1/S/N |
| 7 | | | Total (7) | 360,0000 | | 5.191,5000 | |

Estadual n.º 10.086, de 2022. Versão 2023_01

Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br/>

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto



A/C/B = Amostra/Catálogo/Bula. O número indica a quantidade de amostras necessárias para a avaliação.

1.1.1. Critério de aceitabilidade de preços: Valor máximo unitário aceitável;

1.1.2. Memória de cálculo: Os quantitativos dos materiais solicitados foram elaborados baseados nas médias de uso destes no período 26/07/2022 até 26/07/2023, considerando reserva técnica de 25%, conforme metodologia para a previsão de compras -HUOP-POP-GERAL4-A e memorando 277/2023 – DA e 224/2023 o qual informa o aumento de leitos e espaços, para período de 6 meses.

1.1.3. Proposta parcial: não será permitida

1.2. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1.2.1. As informações constam no item 1.1.1 (Tabela de itens) e no item 12. Critérios de seleção do fornecedor.

1.3. DA PADRONIZAÇÃO

1.3.1. Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

1.4. DO FORNECIMENTO

1.4.1. Fornecimento: O fornecimento dos itens licitados deverá ocorrer da seguinte forma:

1.4.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

1.4.3. Após a assinatura do contrato, será gerada uma Nota de Empenho e o fornecimento da solicitação será realizado em entrega parcelada de até 6 (seis) vezes, para todos os lotes, com prazo de entrega de no máximo de 10 dias após a emissão de cada ordem de fornecimento/nota de empenho;

1.4.4. Local de entrega: Conforme descrito no **item 9.1**

1.4.5. Responsável pelo Recebimento: Servidor de plantão no dia da entrega

1.5. AMOSTRAS

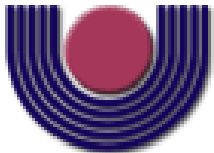
1.5.1. Conforme previsto no **item 1.1**

2. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. O HUOP de Cascavel, é a referência regional em alta complexidade nas áreas de gestação de alto risco, traumatologia, cirurgia vascular e neurologia. HUOP conta com 238 leitos, ambulatórios de especialidades, Centro Cirúrgico, Centro Obstétrico, UTI Adulto, UTI Pediátrica, UTI Neonatal, Serviço de radiologia e Banco de Leite Humano. Dessa forma, é necessário ter a disposição, grande número de materiais para que seja possível a realização de procedimentos específicos para cada tipo de paciente e especialidade, além de materiais de uso de rotina, para que não haja interrupção no tratamento.

2.2. Dentre os materiais, podemos citar os drenos cirúrgicos. Os drenos cirúrgicos são dispositivos cuja finalidade é retirar a presença de ar ou secreções de espaços cavitários, sejam eles anatômicos (tórax e abdômen, por exemplo) ou leito de feridas. Eles permitem a saída de sangue e líquidos serosos decorrentes de procedimentos cirúrgicos, entre outros tipos como, secreções do trato digestivo, exsudato purulento. A importância da utilização dos drenos cirúrgicos se dá por eles retirarem o acúmulo de líquidos do sítio cirúrgico que poderia servir como meio de cultura para micro-organismos, reduzindo, assim, a possibilidade de formação de um potencial foco infeccioso. Além disso, o acúmulo de líquido pode acarretar aumento de pressão local, comprometendo o fluxo sanguíneo e linfático, comprimindo áreas adjacentes e causar irritação e necrose tecidual (no caso de bile, pus, suco pancreático e urina).

2.3. Os drenos cirúrgicos podem ser classificados segundo sua estrutura básica (laminares, tubulares), sua composição, como borracha (látex), polietileno ou silicone, de acordo com seus diferentes mecanismos de drenagem, sendo elas passiva (capilaridade – drenos laminares), (gravidade – drenos tubulares); e ativa: sucção ou vácuo (drenos tubulares); além das suas maneiras de uso. Dreno de tórax (selo d'água): os sistemas coletores de drenagem pleural ou mediastinal são empregados em cirurgias torácicas ou cardíacas, destinando-se à retirada de conteúdo líquido e gasoso da cavidade torácica. São constituídos de um dreno tubular, geralmente com mais de um orifício na extremidade distal que fica inserida na cavidade, um tubo extensor que conecta o dreno ao frasco coletor e o frasco em polietileno rígido com um suporte na sua base. EPIs necessários a fim de assegurar a proteção dos trabalhadores.



2.4. A drenagem torácica é um procedimento comum na prática clínica e cirúrgica, para a drenagem do conteúdo pleural e para reexpansão do pulmão. Frasco para dreno, indicado para remover o ar (pneumotórax), líquido (derrame pleural e sangue) ou pus (empiema) a partir do espaço intratorácico. Ele é utilizado em conjunto com o dreno de toráx. Drenos de Suctor: é um sistema fechado de drenagem por sucção contínua, composto de um reservatório com mecanismo de abertura para remoção do ar e do conteúdo drenado, um tubo longo com múltiplos orifícios na extremidade distal que fica inserida na cavidade cirúrgica. A remoção do ar do interior do reservatório cria uma condição de vácuo, promovendo uma aspiração ativa do acúmulo de secreções. Seu objetivo é facilitar a aproximação dos tecidos e impedir o acúmulo de soro e a formação de hematoma.

2.5. Já o Dreno de Kehr, é composto por duas hastes tubulares, uma vertical e outra horizontal, que é introduzido nas vias biliares extra-hepáticas, recomendado para drenagem externa, descompressão ou após anastomose biliar. Seu principal objetivo é criar um percurso artificial, com menor resistência, entre a ferida e o meio externo para a secreção ser exteriorizada por um trajeto mais curto.

2.6. Outro dispositivo utilizado na instituição, é o coletor de broncoscopia, indicado para coleta de secreções em broncoscopia. A broncoscopia, é um exame que permite avaliação da laringe e das vias aéreas inferiores (traqueia e brônquios), com um aparelho flexível e tem duração de 30 a 40 minutos, aproximadamente. Auxilia no diagnóstico de diferentes doenças da laringe, traqueia e brônquios, por meio de coleta de biópsias ou exame citológico. A secreção coletada durante o exame, aspirar para o interior do coletor (bronquinho) e o orifício do bronquinho é vedado com a extremidade da borracha para garantir uma coleta asséptica das vias aérea. O uso desse dispositivo é essencial para que não haja contaminação da amostra.

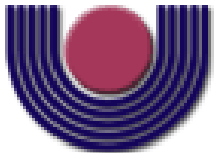
2.7. Já aquisição dos drenos é imprescindível para evitar infecção do sítio cirúrgico e o acúmulo de líquidos em cavidade, assim como para auxiliar na avaliação e mensuração da drenagem nas 24h. No caso do dreno de tórax, importante para verificar o aspecto do líquido, a oscilação e a presença de bolhas no frasco de drenagem, que podem ser indicativos de fístula aérea, e no dreno de suctor, o volume drenado pode indicar infecção do sítio cirúrgico. Uma das práticas mais utilizadas na rotina dos hospitais, é a infusão, que basicamente, consiste na administração de fluidos, como nutrientes e medicamentos, diretamente em uma veia, por meio de uma agulha ou cateter esterilizado.

2.8. A infusão, é realizada de acordo com as características de cada paciente, respeitando as suas necessidades e as taxas, os volumes e os intervalos prescritos. Ainda, a possibilidade de programação do tratamento traz mais segurança ao processo, já que ele torna viável o preciso controle sobre a dosagem e a velocidade necessária para que o medicamento alcance a corrente sanguínea. A infusão de medicamentos é usada tanto em casos de emergências, devido à agilidade da administração das drogas quando comparada a dos remédios orais, quanto nos quadros em que o indivíduo deve receber os medicamentos de forma lenta e contínua.

2.9. Como vimos, a infusão é realizada através de cateteres colocados nas veias dos pacientes, e para que a medicação, solução e até mesmo sangue, chegue ao paciente, é necessário o uso de materiais intermediários, como os equipos, extensores, perfusores e torneirinha. Existem diversos tipos de equipos: equipo simples (macrogotas), equipo 2 vias, equipo bureta, equipo para hemotransfusão, equipo para monitorização de pressão venosa e equipo de irrigação vesical. Os equipos são dispositivos que não podem ser substituídos, utilizados para cuidar e tratar pacientes na emergência e em leito de internação, para aplicar medicamentos e esses procedimentos podem durar horas, pois de acordo com cada quadro é feito um protocolo diferente.

2.10. Para casos de aplicação venosa, os equipos são essenciais, já que é através deles que as substâncias contidas no recipiente são levadas para dentro do corpo do paciente. As indicações e período de troca dos equipos, são indicadas pela ANVISA, devido ao risco de contaminação. Já o tubo extensor de equipo, serve para conectar o equipo ao dispositivo de acesso venoso, permitindo que o usuário tenha mais liberdade de movimentação e controle de volume residual. Enquanto a torneirinha, serve para administração de medicamentos em terapias intravenosas contínuas ou intermitente, para duplicar o acesso venoso e controlar o direcionamento do fluxo de soluções de vias distintas.

2.11. Nas recomendações da ANVISA para prevenção das infecções das correntes sanguíneas (IPCS) relacionadas ao sistema de infusão, contemplam equipo para infusão, equipo com câmara graduada, a troca do equipo, conectores, tubos extensores para infusão, extensores multivias, entre outros. Os conectores de cateter, tem a função de acoplamento entre o cateter central e os sistemas vasculares (equipo), assim como as extensões (polifix, torneira de três vias), além de oclusão da linha vascular quando o sistema fechado



não estiver sendo utilizado. Tem como finalidade prevenir o retorno do sangue para o cateter, reduzindo sua oclusão por trombo e o risco de infecção, não havendo a necessidade de realizar heparinização.

2.12. Outro dispositivo utilizado para proteção, é a tampa de scalp, utilizada para manter um ambiente esterilizado e diminuir riscos de contaminação durante o período de existência da conexão, inclusive em momentos de locomoção do paciente. Todos os dispositivos colocados em nosso corpo, funciona como uma porta de entrada e por isso deve ser tratado com cuidado, pois podem trazer infecções sérias e causar problemas graves de saúde.

2.13. Outros materiais de consumo presentes no processo essenciais na assistência são: o Aspirador Yankauer, usados para remoção de sangue e de líquidos durante a cirurgia aberta, tendo que ser conectado à fonte externa de sucção; dispositivo para irrigação frasco sistema fechado, para auxiliar o uso de fluidos no tratamento de feridas, irrigação de campos cirúrgicos, lavagem de cavidades e colocação de água estéril nos copos de umidificador de VM; prolongamento para oxigênio e aspiração, indicado como extensores para sistema de gases medicinais, utilizado para conectar o balão de oxigênio com a máscara de oxigênio, ou conectar o sistema de vácuo com uma sonda de aspiração.

2.14. Os materiais de consumo hospitalar, são itens usados no dia a dia de atendimentos médicos que não podem ser reutilizados e precisam ter os estoques reabastecidos periodicamente. São artigos fundamentais em qualquer tipo de procedimento e, por serem usados apenas uma vez, oferecem mais segurança aos pacientes e profissionais, pois afasta o risco de contaminação. Assim, a aquisição dos objetos do processo, são imprescindíveis para garantir os insumos necessários no atendimento aos pacientes, possibilitando a otimização de recursos materiais para atender a demanda de internações, cirurgias e tratamentos realizados no HUOP.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

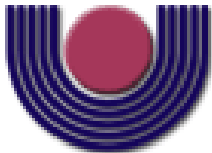
- 3.1. Prazo de entrega/realização do serviço: Conforme item 9.
- 3.2. Horário de entrega do produto/ realização do serviço: Conforme item 9.
- 3.3. Condições de entrega do produto/serviço: Conforme item 9.
- 3.4. Prazo de validade do produto: Conforme item 9.2.
- 3.5. Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos: Conforme item 15.
- 3.6. Garantia do produto/serviço: Conforme item 16.
- 3.7. Manutenção e à assistência técnica: Conforme item 16.
- 3.8. Capacitação: Conforme item 10.
- 3.8.1. Forma de contratação: Aquisição
- 3.8.2. Modalidade de licitação: Pregão Eletrônico.
- 3.8.3. Critério de julgamento: Menor Preço.
- 3.8.4. Abrangência: Nacional.
- 3.8.5. Modo de disputa: Aberto
- 3.8.6. Parcelamento ou não da solução: Lotes e itens.
- 3.8.7. Instrumento de contratação: Contrato e Ordem de Compra.
- 3.8.8. Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances: 1% (um por cento)
- 3.8.9. Conclusão:

3.8.10. Após a avaliação das modalidades de compra, para o objeto do processo, entendemos ser melhor a aquisição através de Pregão Eletrônico por meio de Aquisição Imediata.

3.8.11. Apesar de nessa modalidade a Instituição necessitar de ter orçamento para a aquisição, para as empresas participantes seria mais vantajoso uma vez que se obriga a Administração adquirir a quantidade informada no edital, ou seja, teria a garantia de celebrar o contrato e diminuiria o custo com frete por ser uma entrega única e parcelada em quantidades menores.

3.8.12. Nas aquisições a Administração Pública é exigido que a entrega seja realizada diretamente no local. Essa exigência transfere para o fornecedor o custo logístico relativo à entrega do material contratado, repercutindo nos custos da empresa e gerando reflexos no preço final da contratação. Portanto, o preço do objeto é diretamente afetado pelo custo da entrega e esse pode variar de acordo com características diversas como local, forma e quantidade de cada entrega.

3.8.13. De acordo com Instrução Normativa 73/2020 que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, em seu Art. 4º, observamos que ao estabelecer os procedimentos para pesquisa de preços, expressa de forma muito direta a necessidade de observar condições diversas, dentre elas, o frete.



3.8.14. Dessa forma, estabelecida uma entrega parcelada (em até 12 vezes no caso de Registro de Preço), o custo logístico será superior ao custo que a empresa teria para fazer uma única entrega, de forma imediata e integral, ou até mesmo dividido em número menor de entregas. Seguindo essa linha de raciocínio, quanto mais entregas, maior será esse custo. Assim, é possível verificar que a forma de entrega impacta diretamente o preço final do bem a ser adquirido pela Administração.

3.8.15. Na modalidade de Registro de Preço, entre as várias características, a principal delas, é de não obrigar a entidade que realiza o certame a contratar com o licitante vencedor, uma vez que se destina a futura e eventual contratação pela Administração, com isso, se faz um compromisso com o licitante vencedor, mas não está obrigada a comprar. Além, de ter a entrega parcelada, sempre que a Administração verificar a necessidade, o que faz com que o produto aumente o custo devido o frete como vimos anteriormente.

3.8.16. Assim, verificamos que além de ser vantajoso para as empresas participantes, é para Instituição também, porque aumenta o número de empresas participantes e a disputa, e a alcança preços mais atraentes e vantajosos para o Poder Público. Além disso, é importante dizer que os materiais que constam no processo, fazem parte de 2 Pesquisas de Interesse da SESA a qual, a instituição participará, porém sem data para que ocorra – são eles: 19.912.130-8 e 20.781.524-1. Dessa forma, a aquisição imediata possibilitará a manutenção do estoque e dará um tempo maior para que o processo de registro de preço ocorra sem risco de ficarmos sem material para os atendimentos.

4. PESQUISA DE PREÇOS

4.1. Os valores máximos constam no item 1.1.1 - Tabela de itens/lotos.

4.2. O mapa de formação de preço foi realizado conforme avaliação do gestor dos itens, fundamentado no Art. 368 do Decreto Estadual 10086/2022 que regulamenta a Lei Federal 14133/2021 e consta no apêndice do processo.

4.3. As fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) foram:

Parâmetros adotados:

| | |
|---|-----|
| Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS | () |
| Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas | () |
| Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços | (x) |
| Preços de Tabelas oficiais | () |
| Preços constantes de banco de preços e <i>homepages</i> | (x) |
| Preços obtidos no BPS – base BPS | () |
| Preços obtidos no BPS – base SIASG | (x) |
| Preços obtidos no Sistema Comprasnet | (x) |
| Último preço pago pelo HUOP | (x) |
| Nota Paraná | () |

Resultado da Pesquisa de Preços

Média dos fornecedores consideráveis (x)

Mediana ()

Menor Preço ()

5. PARCELAMENTO DO OBJETO

5.1. Os objetos do processo farão parte de 20 lotes contendo 1 item cada, e ainda por:

5.2. 1 lote com 2 itens – kit de dreno de tórax (13390 e 19472) – lote I;

5.3. 1 lote com 5 itens – Kit de dreno de tórax (45521, 45531, 5623 e 1073) e frasco para dreno de 1000ml – lote II;

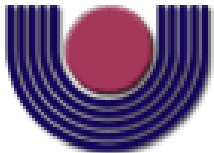
5.4. 1 lote com 10 itens – kit de dreno de tórax (1074, 1075, 1076, 1077, 1078, 1079, 1080, 1081, 1082 e 68774) – lote III;

5.5. 1 lote com 3 itens – Dreno de Suctor (4259, 4392 e 6420) – lote IV;

5.6. 1 lote com 7 itens – Dreno de Kehr (36185, 36184, 1064, 1065, 1066, 1067 e 1068) – lote V.

5.7. Para os itens que constam nos lotes I a V, segundo análise a divisibilidade não deve ser aplicada.

5.8. Os produtos contemplados no lote I possuem uso em forma de conjunto/ kit e suas peças devem ser totalmente compatíveis entre si para garantir a segurança do dispositivo, do paciente e o sucesso da terapia.



5.9. Já para os demais lotes, entendemos que a variabilidade da apresentação dos dispositivos de uma mesma categoria dentro de um mesmo período pode gerar situações de risco ao paciente, uma vez que a instalação, fixação, manuseio e manutenção do produto podem sofrer variabilidade das técnicas aplicadas de acordo com fabricante/marca/modelo. Este é um hospital de ensino, e a variabilidade de produtos pode influenciar e prejudicar a linha de aprendizagem, bem como, é fator complicador dos processos de capacitação e educação permanente dos profissionais.

6. SUSTENTABILIDADE

6.1. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

6.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

6.1.3. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

6.1.4. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

7. CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Considera-se inviável a divisão em cotas os produtos tendo em vista que este é um hospital de ensino e a variabilidade da apresentação dos dispositivos de uma mesma categoria e dentro de um mesmo período pode influenciar e prejudicar a linha de aprendizagem, gerar situações de risco ao paciente e por considerar que a instalação, fixação e manuseio para manutenção do produto podem sofrer variabilidade das técnicas aplicadas de acordo com fabricante/marca/modelo.

8. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS E SERVIÇOS COMUNS

8.1. O(s) objeto(s) deste processo é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

9. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

9.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 dias, contados do(a) ordem de compra, em remessa (única ou parcelada), no endereço:

Local de Entrega: Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP)

Rua Carijós, s/nº, Bairro Santo Onofre. Cascavel-PR

Setor: Almoxarifado (subsolo do prédio do CEAPAC)

Telefone: (45) 3321-5316 e 5234 email: huop.almoxarifado@unioeste.br

Horário de Funcionamento: 08:00 às 17:00

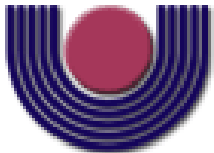
9.2. O prazo de validade, quando pertinente, na data da entrega somente serão aceitos aqueles cujos prazos de validade a transcorrer seja igual ou superior a 80% (oitenta por cento) do prazo previsto, ou seja, que ainda não tenha decorrido 20% (vinte por cento) do prazo de validade.

9.3. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

9.4. Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

9.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.6. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.



9.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

9.7. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9.8. Os produtos deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificados os prazos de validade e o estado de conservação das embalagens.

9.9. Os produtos deverão ser entregues em suas embalagens originais contendo dados de identificação e procedência, não apresentando sinais de violação, amassamentos ou ainda submetidas a exposição climática, interferindo no processo de esterilização e armazenagem;

9.10. O transporte dos bens, objetos desta licitação, devem ser feitos dentro do preconizado, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte, temperatura específica exigida para o produto, em veículo limpo, com cobertura protetora para a carga, de forma que mantenha a integridade do produto.

9.11. No momento da entrega, o entregador deve trajar vestimentas adequadas a manipulação do objeto a ser entregue, com calçado fechado e em condições satisfatórias de higiene.

9.12. A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

9.13. Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE

10.1. São obrigações do Contratado:

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.7.1. a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

10.1.8. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.9. o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

10.1.10. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.10.1. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.10.2. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.10.3. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.10.4. prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

10.1.11. atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital

10.1.12. realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020

10.1.13. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.



10.1.14. se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

10.1.15. Capacitação: Para os itens do processo não será necessário a realização de capacitação dos profissionais, porém, se ocorrer dificuldade no uso do material, a contratada poderá ser acionada pelo HUOP para capacitações para o uso dos produtos sempre que julgar necessário. O serviço técnico deverá ser executado por profissional habilitado a executar as atividades de capacitação e ou manutenção dos equipamentos parte integrante deste contrato, e ficará sob responsabilidade da empresa contratada. A instituição caberá, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado.

10.1.16. Todos os custos com transportes, acomodação e alimentação serão da competência da contratada. A contratada poderá ser acionada pelo HUOP para novas capacitações para o uso dos produtos ou equipamentos sempre que julgar necessário. Esta capacitação poderá ocorrer com até 3 dias de duração, atendendo os turnos matutino, vespertino e noturno. Os horários serão definidos junto ao setor de Educação Continuada e ao gestor do contrato. Todos os custos com transportes, acomodação e alimentação serão da competência da contratada. O serviço técnico deverá ser executado por profissional habilitado a executar as atividades de capacitação e ou manutenção dos equipamentos parte integrante deste contrato, e ficará sob responsabilidade da empresa contratada.

10.1.17. A instituição caberá, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado.

10.1.18. Comodato: Não se aplica.

10.2. São obrigações do Contratante:

10.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 180/2013 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).

10.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;

10.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;

10.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;

10.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;

10.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;

10.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;

10.2.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

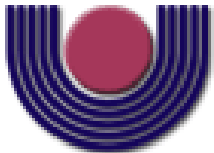
10.3. A responsabilidade da gestão e fiscalização do contrato:

10.3.1. A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão Ademir Vanin da Rocha Setor de Almoxarifado email: ademir.rocha@unioeste.br telefone (45) 3321-4685, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022;

10.3.2. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão Cleber Luiz de Almeida Bugs Setor de Almoxarifado email: cleberbugs87@gmail.com telefone (45) 3321-5234, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022;

10.3.3. O servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

10.3.4. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja



descumprimento das obrigações contratadas.

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.4. As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, constando número da licitação, lote/ítem e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

12. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

12.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor são:

12.3.1. Para qualificação do proponente:

12.3.1.1. **Certificado de Licença Sanitária da proponente** emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou Municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular.

12.3.1.1.1. Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença.

12.3.1.2. **Autorização de Funcionamento da proponente** emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular, perfeitamente legíveis e destacadas. Conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>. Acessado em: 10 fev. 2021.

12.3.1.2.1. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação.

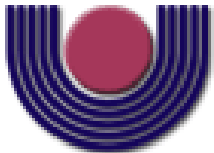
12.3.2. Para qualificação dos itens:

12.3.2.1. **Certificado de Licença Sanitária da fabricante ou detentora do registro** emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou Municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular.

12.3.2.1.1. Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença.

12.3.2.2. **Autorização de Funcionamento da fabricante ou detentora do registro** emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular, perfeitamente legíveis e destacadas. Conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>. Acessado em: 10 fev. 2021.

12.3.2.2.1. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação.



12.3.3. Catálogo/ficha técnica quando exigido no item 1.1.1

12.3.4. Os licitantes interessados poderão ter vista da(s) amostra(s) apresentada(s), bem como informações sobre datas, horários, locais, e dos procedimentos para exame da(s) amostra(s), devendo, para tanto, entrar em contato com órgão/entidade avaliador.

12.3.5. O critério de exame das amostras se restringe à verificação da conformidade do bem ofertado, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência (Anexo I) e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

12.3.6. Quando o licitante indicar a marca, o modelo e as especificações técnicas do objeto no campo “Informações Adicionais” do sistema eletrônico de compras adotado pela Administração Pública Estadual, as amostras apresentadas devem ter as mesmas identificações daquelas preliminarmente estabelecidas pelo licitante e que foram informadas no sistema, salvo se o produto apresentado tenha, mediante ratificação da Administração, características técnicas superiores.

12.3.7. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o(a) Pregoeiro(a) exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 4 (quatro) dias úteis contados da solicitação.

12.3.8. No caso de o licitante vencedor de qualquer dos lotes tiver suas amostras reprovadas ou tenham sido entregues fora das especificações previstas neste Edital, sua proposta será desclassificada, sendo o licitante classificado a seguir imediatamente chamado para substituir o desclassificado e assim sucessivamente, até que as amostras apresentadas sejam aceitas pela Administração, na forma do item 6.9.3 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico.

12.3.9. O licitante que não apresentar amostras no prazo previsto no item 1.5.1 também terá sua proposta automaticamente desclassificada.

12.3.10. O licitante declarado vencedor deverá realizar as entregas do objeto da licitação somente de acordo com a(s) amostra(s) apresentada(s) e aprovada(s).

12.3.11. As amostras serão fornecidas sem custo, no local indicado neste Edital, e aquelas que forem submetidas a testes, que impliquem na sua destruição ou inutilização, não serão devolvidas e/ou descontadas das quantidades a serem entregues.

12.4. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.

12.5. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

13. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

13.1. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

13.1.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

13.1.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

13.1.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13.2. A alteração subjetiva a que se refere o item 13.1 deverá ser formalizada pôr termo aditivo ao contrato.

14. SUBCONTRATAÇÃO

14.1. Não será admitida a subcontratação.

15. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

15.1. Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da Lei Federal 14.133/2021.

16. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

16.1. Não se aplica

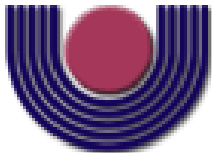
17. VIGÊNCIA:

17.1. O prazo de vigência do O presente Contrato terá vigência de 12 (doze) meses.

18. DO REAJUSTAMENTO

18.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA

18.1.1. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.



18.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

18.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

18.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

18.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do **Estado deste exercício, na dotação abaixo discriminada:**

19.1.1. Gestão/Unidade: Unioeste - Hospital Universitário do Oeste do Paraná;

19.1.2. Fonte de Recursos: 262 e/ou 101 Unioeste UNIOESTE/HUOP, CNPJ 78.680.337/0007-70 e/ou 100 Funsauúde CNPJ 08.597.121/0001-74;

19.1.3. Programa de Trabalho: 6078 Unioeste e/ou 6173/6170 Funsauúde;

19.1.4. Elemento de Despesa: 3390.30.36

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022.

21.1. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e as orientações constantes da Minuta Padronizada aprovada pelo Procurador-Geral do Estado do Paraná.

Cascavel, 6 de novembro de 2023.

Ademir Vanin da Rocha
Responsável pela elaboração do Termo de Referência

Anexo I - DOS DOCUMENTOS

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1. Comprovante de constituição da empresa:

2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;

2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

3.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

3.6. Fazenda Municipal;

3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1. O fornecedor deverá encaminhar:

4.1.1. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

5.1. Certificado de Licença Sanitária da proponente emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou Municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular.

5.1.1. Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença.

5.2. Autorização de Funcionamento da proponente emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular, perfeitamente legíveis e destacadas. Conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>. Acessado em: 10 fev. 2021.

5.2.1. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação.

6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:

6.1. Certificado de Licença Sanitária da fabricante ou detentora do registro emitido pela autoridade sanitária competente dos Estados ou Distrito Federal ou Municípios, aquela que couber, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular.

6.1.1. Estando o certificado de licença vencido, a licitante deverá apresentar de forma legível o protocolo da solicitação de sua revalidação, acompanhada do certificado vencido. Os protocolos de revalidação do certificado deverão estar acompanhados de comprovante da tramitação ou declaração do órgão público concedente da referida licença.

6.2. Autorização de Funcionamento da fabricante ou detentora do registro emitida pela ANVISA, onde constam as atividades sujeitas a vigilância sanitária que o estabelecimento está apto a exercer, regular, perfeitamente legíveis e destacadas. Conforme Resolução da diretoria colegiada- RDC nº 16, de 1º de abril de 2014 e suas alterações (ANVISA - AGENCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA). Disponível em: <https://consultas.anvisa.gov.br/#/saude/>. Acessado em: 10 fev. 2021.

6.3. Serão aceitos documentos obtidos através do endereço eletrônico <https://consultas.anvisa.gov.br/#/> ou sob a forma de cópia do Diário Oficial, devidamente destacado o trecho pertinente para comprovação.

6.4. Catálogo/ficha técnica quando exigido no item 1.1.1

7. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP

7.1. Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (**Anexo VI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**),

bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).

7.2. De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

7.2.1. A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

7.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

7.4. Na hipótese do item 1.7.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

7.5. Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

7.6. Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).

Anexo II - PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO DE DESCRITIVO)

| | |
|--------------------------------------|------------------|
| PREGÃO ELETRÔNICO N° 790/2023 | Ano: 2023 |
| 1. DADOS DO FORNECEDOR | |

Fornecedor:

CNPJ/CPF:

Inscrição Estadual:

Endereço:

Bairro:

CEP:

Cidade:

Estado:

Telefone:

e-mail:

Agência:

Banco:

Conta corrente:

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **drenos e coletores, dispositivo de irrigação e ocluser, equipo, extensor, manifold, perfusor, prolongamento, torneirinha e aspirador Yankauer, para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP**, para atender ao(à) Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

| Lote 1 | Descrição | Quantidade | Valor Unitário Bruto | Valor Total Bruto | Valor Unitário s/ ICMS | Valor Total s/ ICMS | Alíquota % ICMS |
|-----------|---|------------|----------------------------|----------------------|------------------------------|------------------------|--------------------|
| Item 1 | Descrição do item que demonstre que o produto ofertado atende ao descritivo solicitado no termo de referência, informar marca/modelo/referência, registro do produto (se exigido no descritivo). | | | | | | |

Validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Local, 6 de novembro de 2023.

Representante Legal

Orientações para preenchimento da proposta:

Quando o produto for isento de registro, pode ser informado que o mesmo é isento.

A proposta deverá ser elaborada observando-se o quantitativo de cotação de quantidade (vedada a cotação parcial ou inferior à exigida em cada um dos itens que compõem o Anexo I). Não deverão ser cotados produtos que não atendam às especificações mínimas previstas nos itens do Anexo I, sob pena de desclassificação.

O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa. Nas operações previstas com o benefício do ICMS, na proposta de preço, o valor não pode ser maior do que o máximo UNITÁRIO estimado para o item, independentemente de tratar-se de "operação interna", conforme estabelece o Convênio ICMS n.º 26, de 2003 - CONFAZ.

As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS 26, de 2003 - CONFAZ deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 4 e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital.

Anexo III - MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Cidade, 6 de novembro de 2023.

OUTORGANTE

Anexo IV - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- atendemos e aceitamos todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- nos responsabilizamos pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a esta empresa efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
- para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- atendemos ao Decreto n.º 10.086, de 2022 do art. 362, cumpro o disposto no item 6, referente as regras de SUSTENTABILIDADE conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), fornecerei à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
 - aqueles inerentes a documentos de identificação;
 - referentes a participações societárias;
 - informações inseridas em contratos sociais;
 - endereços físicos e eletrônicos;
 - estado civil;
 - eventuais informações sobre cônjuges;
 - relações de parentesco;
 - número de telefone;
 - sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
 - informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa;dentre outros necessários à contratação.
- realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- Estou ciente que essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública e ainda que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local, 6 de novembro de 2023.

Representante Legal

Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 364/2023, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

Representante Legal

Anexo VI - CONTRATO DE FORNECIMENTO (MINUTA PADRÃO)

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (HUOP), pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob n.º 78.680.337/0007-70, situada na Av. Tancredo Neves, 3224, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Ordenador de Despesas e Diretor Geral do HUOP, Sr. Rafael Muniz de Oliveira, a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a Empresa ., pessoa jurídica de direito privado, sita à , inscrita no CNPJ sob n.º , representada neste ato por , CPF: , a seguir denominada **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO o qual será regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022; pelo edital do Pregão Eletrônico n.º 0 (protocolo n.º 20.882.381-7) do procedimento licitatório que originou o presente instrumento, com todos os seus anexos, pela proposta do licitante vencedor e pelas cláusulas e condições seguintes:

1. OBJETO

1.1. drenos e coletores, dispositivo de irrigação e oclutor, equipo, extensor, manifold, perfusor, prolongamento, torneirinha e aspirador Yankauer, para consumo frequente no Hospital Universitário do Oeste do Paraná - HUOP, conforme descrito no Termo de Referência.

| | Descrição do objeto | Unidade de medida | Quantidade | Valor unitário | Valor total |
|--------|---------------------|-------------------|------------|----------------|-------------|
| Item 1 | | | | R\$ | R\$ |

2. FUNDAMENTO

2.1. Este contrato decorre do Pregão Eletrônico n.º 0, objeto do processo administrativo n.º 20.882.381-7, com homologação publicada no sítio eletrônico oficial e no Diário Oficial do Estado n.º , de e conforme ato de autorização nas fls. deste protocolo.

3. FORMA DE FORNECIMENTO

3.1. Após a assinatura do contrato, será gerada uma Nota de Empenho e o fornecimento da solicitação será realizado em entrega parcelada de até 6 (seis) vezes, para todos os lotes, com prazo de entrega de no máximo de 10 dias após a emissão de cada ordem de fornecimento/nota de empenho;

4. VIGÊNCIA

4.1. O contrato terá vigência de 12 (Doze) meses, contados de a .

5. FONTE DE RECURSOS

5.1. A despesa correrá por conta da seguinte dotação orçamentária:

Gestão/Unidade: 0;
Fonte de Recursos: 0;
Programa de Trabalho: 0;
Elemento de Despesa: 0;

6. DO VALOR CONTRATUAL

- 6.1. O Contratante pagará ao Contratado os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato:
- 6.2. O valor total do contrato é de .
- 6.3. No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

7. DO REAJUSTE

- 7.1. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.
- 7.1.1. A data-base do reajuste será contado a partir da data da apresentação da proposta.
- 7.1.2. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.
- 7.3. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.
- 7.4. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

8. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO

- 8.1. Os bens deverão ser entregues no Hospital Universitário do Oeste do Paraná (HUOP), Setor de Almoxarifado (subsolo do prédio do CEAPAC), Rua Carijós, s/nº, Bairro Santo Onofre, Cascavel-PR.
- 8.2. , na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência (Anexo I), que integra o presente contrato para todos os fins e ainda de acordo com a proposta aceita durante o certame (onde deve constar marca, modelo, referência).
- 8.3. O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 2 (Dois) dias, a contar da data da entrega, de acordo com o contido no Termo de Referência.
- 8.4. O recebimento definitivo será feito no prazo de até 3 (Três) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.
- 8.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9. A RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

- 9.1. A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas, de acordo com a Resolução 180/2013 – COU

ou instrumento que vier a substituí-lo, arts. 10 a 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022 e ainda CAPÍTULO I - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e CAPÍTULO XVI - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS do Decreto n.º 10.086, de 2022.

9.2. Os responsáveis abaixo designados serão designados por ato administrativo próprio do Contratante, conforme Portaria.

9.2.1. Gestor: Ademir Vanin da Rocha, setor: Almoxarifado, e-mail: ademir.rocha@unioeste.br, telefone: (45) 3321-4685

9.2.2. Fiscal: Salatiel de Godoy, setor: Setor de Almoxarifado, e-mail: salatielhuop@gmail.com, telefone: (45) 3321-5234

10. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990);

10.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.1.4. comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.1.5. indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato;

10.1.6. manter durante toda a vigência do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.1.7. manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente;

10.1.8. a empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual;

10.1.9. guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.1.10. o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

10.1.11. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

10.1.12. alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;

10.1.13. retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;

10.1.14. aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

10.1.15. prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

- 10.1.16. atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital
- 10.1.17. realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- 10.1.18. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 10.1.19. se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- 10.1.20. Capacitação: Para os itens do processo não será necessário a realização de capacitação dos profissionais, porém, se ocorrer dificuldade no uso do material, a contratada poderá ser acionada pelo HUOP para capacitações para o uso dos produtos sempre que julgar necessário. O serviço técnico deverá ser executado por profissional habilitado a executar as atividades de capacitação e ou manutenção dos equipamentos parte integrante deste contrato, e ficará sob responsabilidade da empresa contratada. A instituição caberá, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado.
- 10.1.21. Todos os custos com transportes, acomodação e alimentação serão da competência da contratada. A contratada poderá ser acionada pelo HUOP para novas capacitações para o uso dos produtos ou equipamentos sempre que julgar necessário. Esta capacitação poderá ocorrer com até 3 dias de duração, atendendo os turnos matutino, vespertino e noturno. Os horários serão definidos junto ao setor de Educação Continuada e ao gestor do contrato. Todos os custos com transportes, acomodação e alimentação serão da competência da contratada. O serviço técnico deverá ser executado por profissional habilitado a executar as atividades de capacitação e ou manutenção dos equipamentos parte integrante deste contrato, e ficará sob responsabilidade da empresa contratada.
- 10.1.22. A instituição caberá, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de comissão ou servidor especialmente designado.
- 10.1.23. Comodato: Não se aplica.
- 10.1.24. atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital
- 10.1.25. realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- 10.1.26. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 10.1.27. se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- 10.1.28. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:
- 10.1.29. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;
- 10.1.30. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- 10.1.31. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- 10.1.32. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).
- 10.2. São obrigações do Contratante:

Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br
Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619
Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil

- 10.2.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 10.2.2. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.2.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.2.4. comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 180/2013 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>).
- 10.2.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.2.6. efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 10.2.7. efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.2.8. emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 10.2.9. ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 10.2.10. adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 10.2.11. prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado;

11. FORMA DE PAGAMENTO

11.1. O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.2. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.2.1. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.3. O prazo estabelecido no item 11.1 ficará suspenso na hipótese prevista no item 12.4.1 das Condições Gerais do Pregão.

11.3.1. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Fica a empresa contratada dispensada da apresentação de garantia contratual, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

13. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

13.1. Não se aplica.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

14.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

14.2.1. multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.2. multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.2.3. multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

14.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

14.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratado.

14.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

14.5. Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

14.6. O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022. e na Lei n.º 20.656, de 2021.

14.7. Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

14.8. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

14.9. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

14.10. As multas previstas neste edital poderão ser descontadas do pagamento eventualmente devido pelo contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

15. CASOS DE EXTINÇÃO

15.1. O presente instrumento poderá ser extinto:

15.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

15.1.2. de forma consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; ou

15.1.3. por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

15.2. No caso de rescisão consensual, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

15.3. Os casos de extinção contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

15.4. O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de extinção administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

16. ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas nos artigos 124 e 125 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

16.1.1 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas compras.

16.2. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

16.2.1. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

16.2.2. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

16.2.3. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

16.2.4. Concluída a instrução do requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro, a Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

16.2.5. Não será admitida a subcontratação do fornecimento

16.3. A substituição de consorciado/subcontratado deverá ser expressamente autorizada pelo órgão ou entidade contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

16.4. As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.

17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

17.1. A CONTRATANTE, na condição de controlador, e a CONTRATADA, na condição de operadora, comprometem-se ao tratamento de dados pessoais relacionados ao presente Contrato, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

18. DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.

18.2. Este contrato é regido pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022 e demais leis estaduais e federais pertinentes ao objeto do contrato, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.

18.3. O Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná e no sítio eletrônico oficial, sem prejuízo de disponibilização da íntegra do contrato no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sistema GMS.

18.4. As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Cascavel - Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Cascavel, 6 de novembro de 2023.



Reitoria - CNPJ 78.680.337/0001-84 - www.unioeste.br
Fone: +55 (45) 3220-3000 | Rua Universitária, 1619
Jardim Universitário | CEP 85819-110 | Cascavel/PR | Brasil



Anexo I - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

| | | | | | |
|---|------------------------|--|--|---|-----------|
|  <p>unioeste UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ</p> | | <p>Universidade Estadual do Oeste do Paraná Tancredo Neves 85806470 Cascavel CNPJ 78.680.337/0007-70 I.E. Isento Fone 33215151 Fax E-mail huop.oc@unioeste.br</p> | | <p>Ordem de Compra/Serviço LICITAÇÃO Data Modalidade Solidante Mot.Cancel C.R.</p> | |
| ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO NÚMERO: | | | | | |
| Fornecedor | | Cidade | | CEP | UF |
| Endereço | | CNPJ/CPF | | I.E. | |
| Fone / Fax | | | | | |
| Contato | | | | | |
| E-mail | | | | | |
| Cód. credor | | | | | |
| Item | Código Material | Descrição | Marca | Qtde | UM |
| VI. Unit. | VI. Total | | | | |
| 1 | | | | | |
| | | | | Total | |
| | | | | Total Geral | |
| Prazo Entrega | | Tipo Frete | Clf - Frete por conta do Fornecedor | | |
| Local Entrega | | Valores em | | Real | |
| Condição de Pgto | | Hr Entrega | | | |
| <p>Observação: Enviar Nota Fiscal Eletrônica para os e-mail's:</p> <p>huop. @unioeste.br;</p> <p>A entrada para o local de entrega destes materiais está localizada na Rua</p> <p>OBSERVAÇÃO: Não aceitamos o Boleto Bancário, somente pagamento por Transferência Bancária.</p> | | | | | |
| INFORMAÇÕES PARA O FORNECEDOR | | | | | |
| » Emitir Nota Fiscal fatura para: Razão Social: | | | CNPJ: | Endereço: RUA | |
| » Local de Entrega: Hospital Universitário do Oeste do Paraná - Endereço: Av. Tancredo Neves, 3224 - Bairro: Santo Onofre - CEP: 85806-470 - Cidade: Cascavel-PR. | | | | | |
| » Deve constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o número desta Ordem de Compra, local de entrega e código do credor. A isenção do ICMS nas vendas internas está previsto no Decreto Estadual 7.871/2017. | | | | | |
| » A% obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica em substituição aos modelos 1 e 1A. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou na inexecução total ou parcial desta Ordem de Compra, será aplicada multa por dias de atraso conforme determinam as Leis 8.666/1993 e 15.608/2007. Para efetivação do pagamento a empresa deverá estar com o CRF - Certificado de Regularidade Fiscal válido conforme Decreto Estadual 9762/2013, de 19/12/2013. | | | | | |
| INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS DA UNIOESTE | | | | | |
| Informação contábil | | | | | |
| Conta contábil | | Rubrica | | Valor | |
| <p>Printed on: Page 1 OC: CSUP00114</p> | | | | | |

Documento: **Editai PE079023_drenos_coletores.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rafael Muniz de Oliveira (XXX.165.618-XX)** em 06/11/2023 10:17 Local: UNIOESTE/H02.

Inserido ao protocolo **20.882.381-7** por: **Andressa Folchini** em: 06/11/2023 10:15.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento> com o código:
30f15d3b5ada37288ec91688a7443f5d.